

Demonstrações Contábeis

Ale Combustíveis S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Ale Combustíveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações Contábeis Individuais	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado.....	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	12



Edifício Iguatemi Center
Av. Washington Soares, 55, Sala 508
5º andar, Cocó
60.811-341 - Fortaleza, CE, Brasil
Tel: (55 85) 3392-5600
Fax: (55 85) 3392-5659
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e Acionistas da
Ale Combustíveis S.A.
Natal - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ale Combustíveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ale Combustíveis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está consistente com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 13 de abril de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping, fluid strokes that form the name Carlos Santos Mota Filho.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE 020728/O-7-T-CE

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota		
	<u>explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.910	23.908
Aplicações financeiras restritas	4	-	7.709
Contas a receber	5	3.637	3.509
Tributos a recuperar	6	1.723	941
Outras contas a receber		118	118
Total do ativo circulante		<u>32.388</u>	<u>36.185</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	5	10.694	12.767
Tributos a recuperar	6	1.805	1.807
Depósitos judiciais		7.447	5.741
Bens destinados à venda		817	1.505
Contas a receber - partes relacionadas	16	96.905	97.476
Despesas antecipadas		1	2
Imobilizado	7	6.946	8.712
Intangível	8	891	1.025
Total do ativo não circulante		<u>125.506</u>	<u>129.035</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>157.894</u></u>	<u><u>165.220</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>explicativa</u>		
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Tributos a recolher	9	288	367
Adiantamentos de clientes		270	996
Dividendos a pagar		-	5.504
Outras contas a pagar		576	457
Total do passivo circulante		<u>1.134</u>	<u>7.324</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10	2.207	1.794
Tributos diferidos	15	911	1.101
Adiantamentos de clientes - partes relacionadas	16	738	738
Total do passivo não circulante		<u>3.856</u>	<u>3.633</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	153.893	153.893
Reservas de lucro		-	370
Prejuízo Acumulado		(989)	-
Total do patrimônio líquido		<u>152.904</u>	<u>154.263</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>157.894</u></u>	<u><u>165.220</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido/prejuízo por ação)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>explicativa</u>		
Despesas comerciais	12	(4.527)	(1.433)
Despesas gerais e administrativas	12	(7.945)	(4.372)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	8.345	7.740
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(4.127)	1.935
Receitas financeiras	14	2.804	4.058
Despesas financeiras	14	(72)	(336)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(1.395)	5.657
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(154)	-
Diferido	15	190	136
Total		36	136
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(1.359)	5.793
Ordinárias: Básico e Diluído		(0,0088)	0,0376

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.359)	5.793
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(1.359)</u>	<u>5.793</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		153.893	81	-	153.974
Lucro líquido do exercício		-	-	5.793	5.793
Reserva legal		-	289	(289)	-
Dividendos a pagar		-	-	(5.504)	(5.504)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>153.893</u>	<u>370</u>	<u>-</u>	<u>154.263</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(1.359)	(1.359)
Absorção de prejuízo		-	(370)	370	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>153.893</u>	<u>-</u>	<u>(989)</u>	<u>152.904</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.359)	5.793
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.886	3.671
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(334)	(3.188)
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e de bens destinados à venda	(1.525)	6
Encargos financeiros sobre passivos	33	128
Atualização de impostos e juros ativos	(299)	(649)
Provisão (Reversão) para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	2.003	229
Impostos diferidos	(190)	(136)
	<u>215</u>	<u>5.854</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	1.898	3.990
Tributos a recuperar	(678)	(167)
Despesas antecipadas	1	(3)
Depósitos judiciais	(1.706)	(472)
Contas a receber - partes relacionadas	571	56
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Impostos e contribuições a recolher	(79)	5
Partes relacionadas	-	(81)
Adiantamento de clientes	(726)	(62)
Outras contas a pagar	119	(23)
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento de processos judiciais	(1.623)	(137)
Juros recebidos	13	15
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(1.995)</u>	<u>8.975</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações financeiras restritas	7.709	4.076
Recebimento pela venda de imobilizado	2.792	1.307
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>10.501</u>	<u>5.383</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de dividendos	(5.504)	(1.545)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	<u>(5.504)</u>	<u>(1.545)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>3.002</u>	<u>12.813</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.908	11.095
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	26.910	23.908
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>3.002</u>	<u>12.813</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITAS		
Outras receitas	11.099	9.128
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	334	3.188
	<u>11.433</u>	<u>12.316</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.044)	(1.926)
Recuperação (perda) de valores ativos	(2.279)	(364)
	<u>(9.323)</u>	<u>(2.290)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.110	10.026
Depreciação e amortização	(1.886)	(3.671)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>224</u>	<u>6.355</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.804	4.058
	<u>2.804</u>	<u>4.058</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>3.028</u>	<u>10.413</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.028	10.413
Impostos, taxas e contribuições		
– Federais	816	876
– Estaduais	24	13
– Municipais	61	92
	<u>901</u>	<u>981</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
– Juros	71	336
– Aluguéis	3.415	3.303
	<u>3.486</u>	<u>3.639</u>
Remuneração de capitais próprios		
– Dividendos	-	5.504
– Lucros retidos do exercício	(1.359)	289
	<u>(1.359)</u>	<u>5.793</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ALE COMBUSTÍVEIS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, possui filiais nos estados do Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e atualmente tem como atividades preponderantes: a comercialização de álcool hidratado, querosene e gás natural veicular. A Companhia também atua no mercado de distribuição de derivados de petróleo, entre outras atividades listadas em seu estatuto social.

A Companhia não efetua venda de combustíveis a consumidor final, não possuindo postos de combustíveis sob sua administração. Atualmente, as vendas de combustíveis efetuadas pela Companhia são preponderantemente para a sua controladora, a ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

A Companhia depende financeiramente da sua controladora ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. A Administração da ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., vem avaliando opções como reestruturação societária (possível incorporação societária da Companhia no grupo acionista) e planos operacionais visando ao incremento em suas vendas na região Sudeste e à redução de custos de operação e logística, tendo como consequência melhoria em suas margens operacionais. A continuidade das operações da Companhia depende dos recursos oriundos de sua controladora e de implantação bem-sucedida do processo de reestruturação societária e planos operacionais estimados para ocorrerem durante o exercício de 2018.

Sua atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e a permissão para funcionamento não possui prazo de validade. Existe a exigência de estar regularizado no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o qual possui atualizações de certidões de débitos de tributos e contribuições federais e previdenciárias. A tributação dos produtos que a Companhia pode operar é a seguinte:

Produto	Tributação
Gasolina e diesel	ICMS sob regime de substituição tributária, e PIS/COFINS com incidência monofásica, todos pelo produtor (refinaria) ou importador. Desta forma, no restante da cadeia produtiva (o distribuidor e o revendedor), independentemente do tipo de operação, não há tributação, não havendo créditos nas aquisições dos referidos produtos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL – Continuação

Álcool hidratado	O ICMS ocorre na distribuidora por substituição tributária, ficando o posto revendedor desonerado do imposto. Em relação à contribuição para o PIS e a COFINS, o álcool hidratado para fins carburantes está sujeito à alíquotas diferenciadas, sendo que a MP nº 613/2013 (Lei nº 12.859/2013), vigente desde 08 de maio de 2013, concentrou a tributação no produtor ou importador, ficando o distribuidor tributado a alíquota 0%, conforme previsto no Decreto nº 7.997/2013 e Lei nº 12.995/2014. A partir de 20/07/2017 as vendas realizadas por Distribuidora passam a ser tributadas por força do Decreto 9101 e 9.112/2017, com alíquotas de R\$ 19,81 (dezenove reais e oitenta e um centavos) e R\$ 91,10 (noventa e um reais e dez centavos) por metro cúbico de álcool.
Gás natural	O ICMS ocorre sob o regime de substituição tributária, com a incidência na concessionária. Quanto ao PIS e COFINS a incidência é não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente, no qual a distribuidora tem direito aos créditos da etapa anterior.
Biodiesel B-100	O ICMS, PIS e COFINS estão embutidos nas operações de venda de diesel pela refinaria. Isso ocorre porque a finalidade do biodiesel B-100 é ser misturado ao diesel para distribuição.
Álcool anidro	O ICMS, PIS e COFINS estão embutidos nas operações de venda de gasolina pela refinaria. A venda, pelo distribuidor, de álcool anidro adicionado à gasolina está sujeita à alíquota zero de PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98, art. 5º, § 1º), podendo haver, até 23/12/2013, a tomada de créditos de acordo com o disposto no artigo 5º, § 15, da Lei nº 9.718/98 c/c Dec nº 6.573/08. A partir de 24/12/2013, o Decreto nº 8.164/2013 fixou em R\$0,00 (zero real) o valor dos créditos de PIS e COFINS no caso de aquisição, de distribuidor ou produtor de álcool anidro para adição à gasolina. A partir de 20/07/2017 as vendas do produto puro realizadas por Distribuidora passam a ser tributadas por força do Decreto 9101 e 9.112/2017, com alíquotas de R\$ 19,81 (dezenove reais e oitenta e um centavos) e R\$ 91,10 (noventa e um reais e dez centavos) por metro cúbico de álcool.
Lubrificantes	O ICMS ocorre sob o regime de substituição, com a incidência alternando por Estado, sendo os Estados do CE, PR e PA incidência na indústria e RJ, RS, SP, PE na distribuidora. Quanto ao PIS e COFINS a incidência é não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, no qual a distribuidora tem direito aos créditos da etapa anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

2.2.2.1. Ativos financeiros

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) investimentos mantidos até o vencimento; (b) empréstimos e recebíveis; (c) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (d) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

No caso da Companhia os ativos financeiros compreendem:

a) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreendem:

- Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com data para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

- Contas a receber

As contas a receber são demonstradas ao custo amortizado, menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Os valores a receber decorrentes de renegociações com clientes rendem juros que são apropriados ao resultado financeiro pela fluência do prazo (método de reconhecimento de juros), estando na data do balanço representados pelo valor presente.

2.2.2.2. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.2.2.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "*impairment*" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.2.2.4 Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado, o montante pago e a pagar é reconhecido no resultado.

2.2.3. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.2.4. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

2.2.5. Intangível

Os custos incorridos com postos fidelizados são valores concedidos aos clientes e estão condicionados a prazos e desempenhos a serem cumpridos pelos mesmos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de exclusividade de fornecimento de combustíveis. Os custos incorridos são apropriados ao resultado ao longo do prazo contrato de exclusividade entre a Ale e o cliente fidelizado.

2.2.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.2.7. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em:

(a) Circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) Não circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

2.2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

2.2.9. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, nos casos aplicáveis, estão demonstradas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 10.

2.2.10. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

2.2.10.1. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.2.10.2. Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

2.2.11. Uso de estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e perdas relacionadas a contas a receber e recuperação do valor de ativos, e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda diferido, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

2.2.12 Lucro (prejuízo) líquido por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a sua média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

2.2.13. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

2.2.14. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture);
- IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2;
- IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil;
- IFRS 17 Contratos de seguro;
- Transferências de Propriedade para Investimento – Alterações à IAS 40;
- Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017):
- Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro – Alterações à IFRS 4;
- Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação; e
- Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	188	1.641
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Compromissadas	8.825	17.076
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	17.897	5.191
Total	<u>26.910</u>	<u>23.908</u>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os certificados de depósitos bancários são remunerados com base em taxas que variam entre 97,0% e 98,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e as operações compromissadas têm remuneração entre 96,5% e 99,0% do CDI (2016: 94,0% e 98,0% do CDI).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

<u>Instituição financeira</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Banco do Brasil S.A.	-	7.709
Total	<u>-</u>	<u>7.709</u>

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber de clientes	27.293	26.655
Financiamento a clientes	2.778	3.456
Renegociações comerciais	16.333	18.183
Títulos a receber	4.489	4.878
Total	<u>50.893</u>	<u>53.172</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(36.562)</u>	<u>(36.896)</u>
Total	<u>14.331</u>	<u>16.276</u>
Ativo circulante	<u>(3.637)</u>	<u>(3.509)</u>
Ativo não circulante	<u>10.694</u>	<u>12.767</u>

Até o ano de 2009, a carteira de clientes da Companhia era totalmente diversificada, a partir dessa data passou à controladora Alesat Combustíveis S.A. Assim, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos de contas a receber de clientes, de financiamento a clientes e de renegociações com clientes, referem-se substancialmente a transações ocorridas até o exercício de 2009.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

5. CONTAS A RECEBER – Continuação

Financiamentos a clientes foram concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

As contas a receber de longo prazo referem-se a valores renegociados com os clientes, cujas parcelas têm vencimento a partir de janeiro de 2019 e último vencimento em 2061. Sobre o saldo devedor incidem juros, os quais são reconhecidos pela fluência do prazo.

Os títulos a receber referem-se a valores decorrentes de venda de bens do ativo imobilizado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos seguintes critérios:

- a) Contas a receber: títulos vencidos acima de 30 dias, exceto os valores que se encontram em fase de negociação com o cliente;
- b) Renegociação com clientes: títulos vencidos acima de 180 dias.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

<u>Contas a receber por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>A vencer:</u>		
A vencer até 30 dias	1.011	320
A vencer de 31 a 90 dias	473	1.058
A vencer de 91 a 180 dias	558	671
A vencer de 181 a 360 dias	1.266	1.215
A vencer de 361 a 720 dias	1.324	2.063
A vencer acima de 720 dias	9.479	10.768
Total a vencer	<u>14.111</u>	<u>16.095</u>
<u>Vencidos:</u>		
Vencidos até 30 dias	195	60
Vencidos de 31 a 60 dias	35	52
Vencidos de 61 a 90 dias	19	55
Vencidos há mais de 91 dias	36.533	36.910
Total vencido	<u>36.782</u>	<u>37.077</u>
Total	<u>50.893</u>	<u>53.172</u>

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

5. CONTAS A RECEBER – Continuação

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.084
Adições	1.108
Baixas	(1.670)
Reversões	<u>(2.626)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	36.896
Adições	530
Baixas	(632)
Reversões	<u>(232)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><u>36.562</u></u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS a recuperar	588	590
ICMS ressarcimento	733	733
PIS e COFINS a recuperar	456	455
Outros	1.751	970
Total	3.528	2.748
Ativo circulante	(1.723)	(941)
Ativo não circulante	1.805	1.807

7. IMOBILIZADO

	Taxas médias ponderadas de depreciação	31/12/2017			31/12/2016
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	0,00%	1.748	-	1.748	1.748
Edificações	4,00%	1.857	(1.381)	476	518
Benfeitorias em imóveis de terceiros	27,21%	20.923	(19.063)	1.860	2.675
Elementos visuais	7,35%	18.074	(17.728)	346	673
Máquinas e equipamentos	4,54%	24.420	(21.911)	2.509	3.090
Móveis e Utensílios	20,00%	4.104	(4.097)	7	8
Total		71.126	(64.180)	6.946	8.712

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Referem-se basicamente a benfeitorias realizadas em postos de combustíveis localizados em diversos estados.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

7. IMOBILIZADO – Continuação

Contratos de comodato

A Companhia possui contratos de comodato de máquinas e equipamentos com terceiros, com contrapartida a garantia de compra de volume de combustíveis pactuados nos referidos contratos.

A movimentação do ativo imobilizado encontra-se demonstrada a seguir:

	Saldo em			Saldo em	
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.748	-	-	-	1.748
Edificações	1.857	-	-	-	1.857
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.929	-	-	(6)	20.923
Elementos visuais	18.185	-	(111)	-	18.074
Máquinas e equipamentos	24.890	-	(470)	-	24.420
Móveis e Utensílios	4.104	-	-	-	4.104
Total	71.713	-	(581)	(6)	71.126
<u>Depreciação</u>					
Edificações	(1.339)	(42)	-	-	(1.381)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.254)	(815)	-	6	(19.063)
Elementos visuais	(17.512)	(327)	111	-	(17.728)
Máquinas e equipamentos	(21.800)	(567)	456	-	(21.911)
Móveis e Utensílios	(4.096)	(1)	-	-	(4.097)
Total	(63.001)	(1.752)	567	6	(64.180)
Imobilizado líquido	8.712	(1.752)	(14)	-	6.946

	Saldo em			Saldo em	
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.748	-	-	-	1.748
Edificações	1.857	-	-	-	1.857
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.929	-	-	-	20.929
Elementos visuais	18.185	-	-	-	18.185
Máquinas e equipamentos	24.997	-	(107)	-	24.890
Outros	4.356	-	-	(252)	4.104
Total	72.072	-	(107)	(252)	71.713
<u>Depreciação</u>					
Edificações	(1.297)	(42)	-	-	(1.339)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(16.041)	(2.213)	-	-	(18.254)
Elementos visuais	(17.082)	(430)	-	-	(17.512)
Máquinas e equipamentos	(21.233)	(671)	104	-	(21.800)
Outros	(4.345)	(3)	-	252	(4.096)
Total	(59.998)	(3.359)	104	252	(63.001)
Imobilizado líquido	12.074	(3.359)	(3)	-	8.712

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

8. INTÁNGIVEL

	31/12/2017				31/12/2016	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização	Provisão para desvalorização	Saldo líquido	Saldo líquido
Ágio na aquisição de controladas		82.641	-	(82.641)	-	-
Custo incorrido com postos fidelizados	8,07%	32.330	(31.439)	-	891	1.025
Total		114.971	(31.439)	(82.641)	891	1.025

	31/12/2016				31/12/2015	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização	Provisão para desvalorização	Saldo líquido	Saldo líquido
Ágio na aquisição de controladas		82.641	-	(82.641)	-	-
Custo incorrido com postos fidelizados	18,00%	32.330	(31.305)	-	1.025	1.336
Total		114.971	(31.305)	(82.641)	1.025	1.336

	31/12/2015	Adições	31/12/2016	Adições	31/12/2017
<u>Custo</u>					
Ágio na aquisição de controladas	82.641	-	82.641	-	82.641
Custo incorrido com postos fidelizados	32.330	-	32.330	-	32.330
Total	114.971	-	114.971	-	114.971
<u>Amortização</u>					
Custo incorrido com postos fidelizados	(30.994)	(311)	(31.305)	(134)	(31.439)
Total	(30.994)	(311)	(31.305)	(134)	(31.439)
<u>Provisão para desvalorização</u>					
Ágio na aquisição de controladas	(82.641)	-	(82.641)	-	(82.641)
Total	(82.641)	-	(82.641)	-	(82.641)
Saldo líquido	1.336	(311)	1.025	(134)	891

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

9. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pis e Cofins a recolher	-	62
Outros	288	305
Total	288	367

10. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	405	831
Fiscais	18	16
Cíveis	1.784	947
Total	2.207	1.794

As movimentações ocorridas no exercício estão apresentadas a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	656	14	904	1.574
Adição	261	-	64	325
Atualização	124	2	2	128
Reversão	(96)	-	-	(96)
Baixa por pagamento	(114)	-	(23)	(137)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	831	16	947	1.794
Adição	458	-	1.737	2.195
Atualização	4	2	27	33
Reversão	(151)	-	(41)	(192)
Baixa por pagamento	(737)	-	(886)	(1.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	405	18	1.784	2.207

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

10. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS – Continuação

A Companhia possui diversos processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em discussão, no montante de R\$ 32.347 (2016: R\$ 30.471) em 31 de dezembro de 2017, cuja perda foi estimada como possível pelos assessores legais externos e pela Administração, não estando, portanto, nenhuma provisão registrada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Os principais processos considerados como “possíveis” em 31 de dezembro de 2017 decorrem de fiscalizações das Secretarias da Receita Estadual do Distrito Federal, Mato Grosso e Paraná referente à contestação de alguns créditos aproveitados pela Companhia e diferenças nos repasses das operações interestaduais.

Riscos trabalhistas - IPCA-E - Em agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho ("TST") declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos trabalhistas pela TR, a qual foi substituída pelo IPCAE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial), aplicável em relação aos processos em aberto com data-base a partir de 30 de junho de 2009.

Em 14.10.15, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST. A Companhia estima que o efeito da atualização monetária advinda desta decisão nas demonstrações contábeis, caso a liminar seja suspensa seria de aproximadamente R\$ 110.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é R\$ 153.893 e está representado por 153.893.283 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue:

Acionistas	31/12/2017	31/12/2016
	Quantidade	Quantidade
Alecred Promotora de Negócios de Créditos Ltda.	1	1
Alesat Combustíveis S.A.	153.893.282	153.893.282
Total	<u>153.893.283</u>	<u>153.893.283</u>

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Continuação

Destinação do lucro

De acordo com o estatuto social, os lucros apurados em cada exercício, após deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral.

Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores (após absorção de prejuízos acumulados):

- a) Parcela destinada à constituição da reserva legal;
- b) Importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- c) Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

A Companhia poderá, a qualquer momento, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e demais legislações pertinentes.

12. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) (IAS 1), apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Classificada como:</u>		
Despesas comerciais	(4.527)	(1.433)
Despesas gerais e administrativas	(7.945)	(4.372)
Total	<u>(12.472)</u>	<u>(5.805)</u>
 <u>Despesas por natureza:</u>		
Depreciação e amortização	(1.886)	(3.670)
Serviços de terceiros	(280)	(122)
Outras despesas	(10.306)	(2.013)
Total	<u>(12.472)</u>	<u>(5.805)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado com venda de bens, líquida	1.527	(3)
Receita de aluguel	6.661	8.730
Despesas tributárias	(932)	(1.118)
Outras	1.089	131
Total	<u>8.345</u>	<u>7.740</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	2.493	3.377
Juros ativos	298	650
Ganho com variação cambial	-	6
Outros	13	25
Total	<u>2.804</u>	<u>4.058</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros passivos	(34)	(115)
Descontos financeiros concedidos	(31)	(208)
Outras	(7)	(13)
Total	<u>(72)</u>	<u>(336)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>2.732</u>	<u>3.722</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 19.257 (2016: R\$ 19.481). A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido desses créditos por não atender a todos os critérios estabelecidos no CPC 32 – Tributos sobre o lucro. O crédito fiscal dos tributos sobre o lucro totaliza, aproximadamente, 34% do prejuízo fiscal acumulado informado acima.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO –
Continuação

A movimentação do imposto diferido passivo encontra-se demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2015	(1.237)
Baixa por compensação na própria Companhia	<u>136</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1.101)
Baixa por compensação na própria Companhia	<u>190</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><u>(911)</u></u>

A seguir encontra-se demonstrada a conciliação do imposto de renda e contribuição social:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.395)	5.657
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas combinadas	<u>474</u>	<u>(1.923)</u>
Ajustes para determinação da despesa:		
<i>Adições:</i>		
Despesas não dedutíveis	(268)	(63)
Outros	(170)	-
<i>Exclusões:</i>		
Outros	-	2.398
Subtotal	<u>36</u>	<u>412</u>
Imposto diferido ativos não constituídos	-	(276)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>36</u></u>	<u><u>136</u></u>

Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13)

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS).

No ano-calendário de 2017, a Companhia vem adotando os dispositivos da legislação acima citado.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	SALDOS			
	Contas a receber		Outros passivos	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Alesat Combustíveis S.A.	<u>96.905 (a)</u>	<u>97.476 (a)</u>	<u>738 (b)</u>	<u>738 (b)</u>
Total	<u>96.905</u>	<u>97.476</u>	<u>738</u>	<u>738</u>

	TRANSAÇÕES	
	Receita	
	31/12/2017	31/12/2016
Alesat Combustíveis S.A.	<u>4.568 (c)</u>	<u>6.851 (c)</u>
Total	<u>4.568</u>	<u>6.851</u>

As principais transações com partes relacionadas estão relacionadas a seguir:

- Saldo a receber referente a transações de vendas de combustíveis com a ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., Companhia controladora, basicamente, a valor de custo;
- Saldos a pagar com ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., referente à antecipação de recursos para aquisição de produtos para revenda. Esses saldos não apresentam encargos financeiros nem data estabelecida para liquidação;
- Refere-se ao aluguel da base de Guarulhos e Pool de Paulínia.

17. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos de aluguel (sem opções de compra) e de locação de imóveis, os quais são atualizados anualmente com base no IGP-M. Estes contratos possuem prazos de vigência médio de 10 anos e os totais de pagamentos mínimos futuros não canceláveis para cada um dos períodos estão demonstrados a seguir:

Ano	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	2.533
2018	3.697	2.566
2019	3.602	2.284
2020	3.106	2.377
2021	1.608	1.784
2022	1.065	1.335
Após 2022	2.692	2.153
Total	<u>15.770</u>	<u>15.032</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como taxas de juros e risco de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Principais fatores de risco da Companhia

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores referentes à distribuição de petróleo e seus derivados a seus clientes. Este risco é minimizado por um controle estrito da base de clientes, gerenciamento do ativo da inadimplência e registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, segundo critérios adotados pela Administração como adequados (vide nota explicativa nº 5).

b) Concentração de cliente

No início de 2009 e durante 2010 a carteira de clientes da Companhia, que antes era totalmente diversificada, foi dada majoritariamente à sua controladora ALESAT Combustíveis S.A.

c) Concentração de fornecedor

Como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) é a principal fornecedora de combustíveis derivados de petróleo no mercado interno, as vendas de combustíveis podem sofrer um impacto adverso materialmente relevante caso ocorra uma interrupção significativa no fornecimento por parte deste fornecedor. Qualquer interrupção pode afetar imediatamente a habilidade de fornecer combustível para os nossos clientes. Caso a Companhia não seja capaz de obter o fornecimento de combustíveis da Petrobras em termos aceitáveis ao seu negócio, poderá atender a demanda através de compras através de importação. Os custos dos combustíveis praticados pelos outros fornecedores podem ser mais onerosos do que o custo praticado pela Petrobras.

d) Risco de taxa de juros

Os equivalentes de caixa são mantidos em papéis remunerados pelo CDI. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem flutuações nessas taxas.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Continuação

e) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

A Companhia procedeu à avaliação dos valores de mercado de seus instrumentos financeiros nas datas-bases 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Essa avaliação não indica valores de mercado diferentes dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor de mercado de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em caixa e bancos, em face de sua liquidez, têm valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	<u>Valor contábil e de mercado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Ativo</u>		
Caixa e Bancos	188	1.641
Aplicações financeiras de liquidez imediata	26.722	22.267

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 19 de abril de 2018.

DIRETORIA

MARCELO HENRIQUE RIBEIRO ALECRIM
PRESIDENTE

CYRO LUIZ PEDREIRA DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ATELMO FERREIRA DE OLIVEIRA
GERENTE DE CONTROLADORIA
CRC – RN004408/O-5